

EFEITO REVERSO: impactos da política norte-americana de biocombustíveis sobre os preços de alimentos no Brasil¹

José Sidnei Gonçalves²
Sueli Alves Moreira Souza³

1 - INTRODUÇÃO

Nos últimos meses, em especial na primeira semana de abril de 2008, a mídia em escala planetária deu destaque à discussão sobre os impactos que estariam sendo produzidos pela opção pelos biocombustíveis na produção e, principalmente, sobre os preços internacionais de alimentos. Autoridades e instituições se posicionaram a respeito cada qual apresentando distintos argumentos para fatos inegáveis representados pelas multidões em protesto em diversas nações do globo, notadamente as mais pobres. Isso gerou preocupação em cadeia de destacadas autoridades mundiais sobre a fome no mundo.

A questão, na verdade, decorre da pobreza de diagnósticos sobre o tema, normalmente realizados com base em modelos econométricos que, tendo seu valor enquanto simplificações da realidade, apresentam resultados que apenas constatarem, devendo ser explicados à luz da teoria econômica. Desde logo, o próprio sentido de globalização - uma idéia tão cara aos economistas - revela que a economia mundial corresponde a um mosaico de economias regionais que se intercomunicam num vasto e complexo sistema de vasos comunicantes.

Este ensaio quer realizar uma reflexão a respeito dos impactos das decisões sobre biocombustíveis, produção e preços dos alimentos, mas realizando tal abordagem numa perspectiva histórica, tomando fatos históricos que no passado produziram a construção do presente, no intuito de, no momento atual, ajudar a construir o futuro. Num tema tão candente não tem, por óbvio, a pretensão nem de ser definitivo ou exaustivo, pois se reconhece que nada é mais

transitório que o saber científico - e ainda bem que é assim senão seria realmente o fim da história. Quer apenas ao abordar o tema, fazê-lo numa perspectiva heterodoxa em relação ao debate em curso no momento.

2 - EQUÍVOCOS GERADOS PELA LEITURA HISTÓRICA E TERRITORIAL ESTREITA DOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS ECONÔMICAS

Não há mais economia autárquica alguma no planeta terra em que uma realidade, por uma ou por uma imensa quantidade de razões, esteja imune ao que ocorre em espaços econômicos, por mais longínquos que sejam. Não apenas a internet está plugada numa comunidade mundial, os mercados também estão. Mas, as leituras simplificadoras de muitas análises econômicas não levam isso em conta. Exemplo disso está na tentativa de escoimar o fato de que a expansão dos canais - tal como se processa historicamente a expansão da fronteira agropecuária no Brasil - acaba por levar ao acirramento do desmatamento amazônico.

Não basta como resposta destacar o absurdo agrônomo que configuraria o plantio de cana nas faixas equatoriais. A utilização desse argumento ahistórico significa ignorar o próprio desenvolvimento e alguns dos maiores sucessos históricos da agropecuária nacional em função da qualidade da pesquisa pública nacional. Em 1950, numa discussão de similar conteúdo, mas envolvendo a soja, os agrônomos estariam pontuando que seria um absurdo e impraticável o plantio bem-sucedido dessa leguminosa em qualquer faixa acima do Trópico de Capricórnio.

Em 1960, um dos mais brilhantes dentre os economistas agrícolas brasileiros - e pioneiro dessa ciência no Brasil -, o engenheiro agrônomo Ruy Muller Paiva, colocava que o retorno da agricultura paulista para as zonas velhas

¹Registrado no CCTC, IE-49/2008.

²Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

³Economista, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola.

era um fator imprescindível para o desenvolvimento econômico do País. Em grandes linhas, o que esse pensador clássico da agricultura pontuava era que não havia possibilidades de expansão setorial dado o esgotamento da fronteira, e colocava dentre os espaços não agricultáveis simplesmente as amplas formações dos cerrados (PAIVA, 1960).

Não é preciso mais nada para mostrar a fragilidade do argumento corrente, de que a expansão canavieira não afetaria a Floresta Amazônica em função de que nesse espaço seria um absurdo produzir cana. A soja, que nos anos 1950 era restrita às áreas próximas ao Chuí, atualmente expande-se de forma vertiginosa em direção e em zonas quase lindeiras ao Oiapoque. E os cerrados, até então “desertos inabitáveis da América” para usar uma expressão inglesa no século XIX em relação ao meio oeste norte-americano, esses espaços territoriais, tal como lá também cá, se converteram nos maiores celeiros de grãos e fibras do mundo.

O padrão agrário das lavouras mecanizadas e insumo-intensivas ainda mostra fôlego na sua expansão territorial. A questão da discussão da sustentabilidade é relevante para o futuro dado que o fato é que a soja virou tropical e parcela preponderante da comida e do vestuário usam matérias-primas produzidas nos cerrados.

Falta associar a expansão canavieira com o desmatamento amazônico. Ora basta pensar que a cana expande-se nas terras paulistas substituindo principalmente pastagens. Em 1969-1971, a área estadual de pastagens reduziu de 11,9 milhões de hectares para 10,0 milhões de hectares em 2004-2006. Isso significa a perda de 1,9 milhão de hectares pela pecuária. Já as superfícies de lavouras aumentaram 5,6 milhões de hectares para 7,3 milhões de hectares, adicionando 2,7 milhões de hectares. Dentre as lavouras, a cana para indústria cresceu de 0,7 milhão de hectares para 3,8 milhões de hectares (GONÇALVES e SOUZA, 2008a).

Fica nítido que a expansão das lavouras paulistas foi 0,8 milhão de hectares superior ao recuo das pastagens. Isso se deve a duas razões: a primeira consiste no fato de que houve alteração na composição das lavouras, uma vez que notadamente aquelas plantadas nas áreas de renovação de pastos perdem expressão; e a segunda consiste no aumento da complementaridade de safras, com o que se têm duas ou mais

áreas cultivadas com lavouras na mesma gleba colhendo mais de uma vez na mesma faixa de terra no mesmo ano. No primeiro caso um problema, no segundo caso um avanço.

Mais ainda há que se mensurar o impacto da expansão canavieira, uma vez que avançou 3,1 milhões de hectares o que significa 0,4 milhão de hectares mais que lavouras e 1,2 milhão de hectares mais que pastagens. Portanto, não há como negar que a expansão canavieira não se deu somente nas áreas de pastagens, ainda que principalmente sobre áreas de pastagens. E as pastagens embora reduzidas, suportam rebanho expressivamente maiores dado que ao invés dos 8,0 milhões de cabeças de bovídeos (bovinos mais bubalinos) do início da década de 1970, tem-se atualmente algo em torno de 14,0 milhões de cabeças (AMARAL; GHOBIL; COELHO, 2006).

Verifica-se aí um brutal crescimento da produtividade das pastagens gerando maior suporte na medida em que a braquiária - a despeito de ter sido essa gramínea quase ignorada pela agrostologia nacional - dominou os campos, tornando a espécie vegetal mais cultivada da agropecuária paulista com mais de 8,0 milhões de hectares - essa primazia não é da cana como pensam, de forma equivocada, muitos analistas. Mas não é só o aumento da capacidade de suporte das pastagens que ocorreu na pecuária paulista. Houve uma significativa especialização nos rebanhos de corte nas fases finais do ciclo de produção. A criação bovina divide-se essencialmente na maioria das propriedades em 3 fases: a cria, a recria e a terminação (engorda) (GONÇALVES e MACHADO, 2007).

Numa visão do amplo circuito pecuário de corte brasileiro, a cria se dá em espaços longe de São Paulo, parte da recria se dá nesses espaços, mas principalmente nas zonas intermediárias em termos de distâncias dos centros de consumo e de exportação do Sudeste e a terminação - engorda a pasto e notadamente os confinamentos - mais próximos das grandes regiões metropolitanas do Sudeste brasileiro. E se não ocorre essa migração bovídea em que o boi, que foi expulso das terras paulistas, vai reproduzir-se nas terras antes ocupadas com florestas para que suas crias sejam abatidas em São Paulo. Às vezes, mesmo depois de abatidos eles cumprem esse desígnio, dado que quase a totalidade das exportações de carne processada parte de agroindústrias paulistas e o

embarque de quase toda carne bovina brasileira não processada se dá pelo porto de Santos (GONÇALVES e GHOBRI, 2007).

Ainda que com a busca da precocidade na idade ideal de abate tenha avançado de forma expressiva nas criações de bovinos, a pecuária bovina de cria - depois parte da recria e mesmo da engorda -, migrou para zonas de terras mais baratas que a paulista, ou seja, principalmente para as áreas de abertura da fronteira de expansão agropecuária que adentram na floresta amazônica, saltando os cerrados que nunca foram espaços de pecuária de alto desempenho. Pois bem, aí está o impacto da expansão da cana, medido em desmatamento amazônico, uma vez que a característica itinerante da agropecuária brasileira faz que nos diversos tempos históricos se reproduza - como farsa ou como tragédia como são as buscas de repetições na história - num contínuo e perene processo de acumulação primitiva ainda que pretérito. Nesse processo, a acumulação de capital oriunda de pilhagem natural para acumulação patrimonial ainda move pioneiros na busca de novos eldorado. Para tal, nem as fronteiras nacionais se configuram como limites, dados os fatos de que agropecuaristas brasileiros migraram para terras argentinas, paraguaias e bolivianas.

As políticas públicas federais, ao cancelarem essa pretérita acumulação primitiva - que desde Cabral inicia-se com a retirada da madeira que paga o responsável pela abertura da fazenda, passa para o pecuarista com suas criações extensivas e por vezes chega ao lavrador com suas grandes áreas de lavouras - com investimentos em infra-estrutura que incorporam esses espaços de fronteira à economia nacional na mesma medida em que provocam fantásticos ganhos em termos de renda fundiária. Assim, se a cana expulsa o boi, o "*boi come floresta*"⁴, o que se mostra funcional com o mote patrimonial que move as aberturas de fronteira.

Pois bem, os impactos da expansão canavieira paulista sobre as pastagens não po-

⁴A frase "*boi que come floresta*" é uma alusão à máxima cunhada por Thomaz More que, ao referir-se à expansão desenfreada da criação de ovelhas no sudoeste da Inglaterra no primeiro movimento da 1ª Revolução Industrial, dadas a intensa e sangrenta expropriação do campesinato pelas grandes criações de ovelhas para produção de lã, configurou-a como um processo onde "*ovelhas devoram gente*" (MORE, 1979). É o mesmo processo magnificamente analisado e denominado de "*a assim chamada acumulação primitiva*" (MARX, 1983).

dem ser mensurados apenas - ainda que seja muito relevante fazê-lo - pelo número frio de hectares que apenas trocaram uma gramínea por outra. Essa consiste apenas na aparência cuja essência deva ser explicada para dar sustentação científica à análise, sem o que a ciência seria irrelevante. A pergunta que a ciência séria deve fazer é: se houve diminuição da área de pasto e continua a produzir carne e até exportar, de onde vem toda essa carne? De algum outro lugar, no caso de parcela expressiva da produção em área desmatada da Floresta Amazônica.

Essa leitura dos reflexos, em efeito dominó num espaço territorial mais amplo, não tem sido uma prática comum nas análises econômicas da agricultura que quase sempre se esgotam numa econometria que, ajustando alguns poucos dados simplificadores da realidade - e isso em si é relevante - comete o pecado estatístico de não realizar uma inferência consistente dos resultados obtidos inserindo-os na totalidade dos movimentos econômicos que movem a história.

3 - PRODUÇÃO DE ÁLCOOL COMBUSTÍVEL EM TERRAS PAULISTAS E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS⁵

Essa mesma preocupação deve ser feita na própria interpretação adequada dos movimentos mais antigos de expansão brasileira da produção de biocombustíveis, no caso com a implantação do Programa Nacional do Alcool (PRO-ALCOOL) nos anos 1970. Se verdade consiste que os impactos da expansão canavieira na época sobre alimentos foram superados e praticamente deixaram de ser destacados durante o período de quinze anos, decorridos desde o início da década de 1990, isso não tira a consistência de excepcionais trabalhos que, quase no turbilhão dos acontecimentos mostraram de forma objetiva de que a expansão da cana nas terras paulistas nos anos 1970 substituíram lavouras alimentares (VEIGA FILHO; GATTI; MELLO, 1980).

Mesmo em nome da realidade da ampla oferta de alimentos, vivida nos anos recentes,

⁵Discutir os impactos da produção de álcool combustível na agricultura brasileira corresponde a avaliar as mudanças internas à agricultura paulista que concentra a parcela preponderante da produção nacional de etanol. Os desdobramentos dos impactos nas outras regiões se deram, fundamentalmente, na solução da crise alimentar decorrente da expansão canavieira.

mesmo com a expressiva expansão da cana paulista, não faz qualquer sentido ignorar a relevância desses estudos que à época mostraram os impactos negativos sobre a produção de alimentos. Afinal, para quem acredita que o futuro se constrói no presente como os não historicistas de formação dialética, é essencial ter-se nítido o fato de que numa economia nacional à época menos integrada nos variados espaços regionais, houve impactos sobre os alimentos o que gerou toda uma história de movimentos contra carestia nos anos 1980 que não podem ser simplesmente “varridos para baixo do tapete histórico”.

Por certo à sociedade só se fazem as perguntas para as quais já se produziram as condições de resposta, mas essa questão da carestia dos alimentos dominou o debate político dos anos 1980, sendo por muitos anos a essência dos movimentos sociais que proliferaram por todos os cantos do Brasil. E eles foram fundamentais para as transformações econômicas e sociais que vieram a criar as condições de sua superação. Mas muitos passaram fome e mesmo pereceram sob o impacto das mudanças na composição de culturas com a cana substituindo outras lavouras nos anos 1970. Ter em conta isso se configura como importante até mesmo para poder afirmar de forma peremptória que essa história não está hoje se repetindo, e que na agricultura paulista atual corresponde à farsa e não anuncia uma tragédia.

Afinal, não foram nos primeiros anos da década de 1980 que os debates da economia para agricultura se deram em torno da dicotomia entre prioridades para exportáveis (e energia) e domésticos, dados os distintos espaços em que eram realizados os processos de formação de preços (HOMEM DE MELLO, 1979, 1982). E esses estudos foram equivocados ou irrelevantes, dada a realidade atual de abundância alimentar? De forma alguma, exatamente esses trabalhos conduziram a medidas que geraram processos que encaminham soluções.

Isso se deu por migração de lavouras para outras regiões em movimentos de especialização regional típicos do moderno padrão agrário, com notáveis ganhos de produtividade, mas numa realidade que importantes lavouras mantiveram ou expandiram suas áreas nas terras paulistas. Dentre as principais lavouras afetadas, destinadas à produção para alimentação e/ou vestuário, têm-se:

a) O feijão, num primeiro movimento, concentrou-

se no sudoeste Paulista em bases modernas, donde continuou um processo de avanço com a estruturação de safras complementares em regiões especializadas que não apenas produziram notável redução da estacionalidade da oferta como a redução dos preços pagos pelos consumidores. A inovação tecnológica, representada pela criação do cultivar IAC Carioca no final dos anos 1960, superou as limitações da doença representada pelo mosaico comum, permitindo elevação substancial da produtividade. Veja que a dona de casa tem por hábito, na presença de feijão novo, rejeitar o feijão velho, tornando inviáveis soluções via armazenamento na safra para abastecer na entressafra. Com as transformações produzidas, salvo nesta crise de preços recente que será abordada mais à frente pela sua peculiaridade, o consumidor passou a ter feijão novo e barato o ano todo (GONÇALVES; GONÇALVES; NEVES, 2007).

b) O arroz de sequeiro, que era produzido nas áreas de renovação das pastagens, com a substituição dessas pela cana, num primeiro momento viveu de um curto ciclo arrozeiro do Brasil Central, até consolidar-se nas lavouras irrigadas gaúchas, também num bem-sucedido processo de especialização regional. Também aqui uma peculiaridade da preferência dos consumidores brasileiros conduziu à solução específica do ponto de vista técnico. O brasileiro prefere o arroz tipo 1 - logo fino, o arroz agulhinha, que só pode ser obtido com elevada produtividade em condições de cultivos irrigados. Ora, os arrozais das áreas de renovação de pastagens eram cultivados em sistema de sequeiro, produzindo o grão tipo arroz cateto, que não era apreciado pelos consumidores. Assim, tal como no feijão, houve um avanço na qualidade do produto no sentido de atender às exigências dos consumidores (GONÇALVES; SOUZA; RESENDE, 1989).

c) O algodão, que representa a principal matéria-prima têxtil, até o final dos anos 1960 era das mais modernas lavouras e padrão de modernidade tecnológica a partir da base técnica criada e implantada em São Paulo. Nos anos 1970 os algodoads paranaenses assumem a liderança dentro da denominada produção meridional que se matem até o final dos anos 1980. No início dos anos 1990 um surto de importações destrói as bases institucionais da co-

tonicultura meridional - baseada nas pequenas lavouras com colheita manual -, abrindo espaço para que no final dos mesmos anos 1990 inicia-se a expansão das mega-lavouras mecanizadas do plantio à colheita. Conquanto os problemas de exclusão produtiva sejam expressivos e ainda latentes nas antigas zonas de algodoads, não há qualquer limitação de oferta nacional para o abastecimento das agroindústrias têxteis. Quanto ao aspecto alimentação da antiga cotonicultura, o óleo de algodão foi substituído pelo óleo de amendoim (GONÇALVES e RAMOS, 2008). Dessa maneira, as áreas de algodão que foram substituídas pela expansão da cana não tiveram, no médio prazo, impactos relevantes para o abastecimento nacional. Elas foram mesmo pouco expressivas se cotejadas com a retração da área paulista de algodão em função da migração, primeiro para o território paranaense, depois para os algodoads dos cerrados.

- d) O amendoim, outra lavoura da área de renovação de pastagens, tinha uma área cultivada de 474,1 mil hectares no triênio 1969-1971 que se reduziu para 199,9 mil hectares em 1979-1981 e para 70,6 mil hectares em 1989-1991. Ainda que tenha sofrido efeito do impacto do primeiro movimento de expansão canavieira, o mesmo não foi tão relevante, porque o principal problema enfrentado por essa lavoura, que destinada à produção de óleo vegetal - o mais consumido até os anos 1970 - consiste na expansão da soja cujo elevado incremento da produção para farelo - a *commodity* mais importante - que levou à explosão da oferta de óleo vegetal mais barato e abundante que dominou toda estrutura de consumo alimentar nos anos 1970 em diante. Desse modo, foi a soja e não a cana que levou à derrocada da produção paulista de amendoim. Ao contrário, nos anos 1990 em diante surge o amendoim - que expande a área cultivada para atingir 80,2 mil hectares em 2004-2006, agora como lavoura complementar ocupando áreas de renovação de canaviais - trata-se agora de outro amendoim com características rasteiras e que se destina à confeitaria e à exportação (GONÇALVES e SOUZA, 2008a).
- e) A soja, que durante muitos anos teve alguma expressão em terras paulistas, passa por um processo de desconcentração produtiva por "transbordamento" com a expansão nas terras paranaenses e mais tarde, após o domínio do Sul brasileiro até os anos 1990, a hegemonia nacional passa a se dar nas lavouras dos cerrados com padrões tecnológicos comparáveis e mesmo superiores aos verificados nas lavouras norte-americanas dessa leguminosa. A soja, conquanto da ótica do principal produto seja uma lavoura de exportação dada a expressão das vendas externas brasileiras de soja em grão, além de ser componente essencial da ração para os complexos granjeiros - produtores principalmente de carne de frango, de carne suína, de ovos e em alguns casos de leite-, revela-se um relevante produto alimentar em função de ser o óleo mais consumido e de uma imensa gama de produtos à base de soja. Também aqui não se verifica impacto negativo da expansão canavieira paulista, pois a área estadual de soja que era de 67,3 mil hectares no triênio 1969-1971, atinge 552,1 mil hectares em 1979-1981, patamar que se mantém até 1999-2001, quando volta a aumentar para atingir 766,5 mil hectares em 2004-2006 (GONÇALVES e SOUZA, 2008a).
- f) O milho, outra lavoura relevante notadamente para a agroindústria de rações - em combinação com a soja - com alguma utilização na alimentação humana de forma direta, sofre recuo na década de 1970 quando passa de 1,5 milhão de hectares para 1,1 milhão de hectares, patamar em torno do qual tem se mantido em todo período até o triênio 2004-2006. No caso do milho ocorre de modo similar ao da soja, um avanço noutras unidades da federação brasileira num processo de transbordamento dos limites da agropecuária paulista que tem sua fronteira de expansão territorial esgotada já nos primórdios dos anos 1970. A grande mudança nessa lavoura - no caso brasileiro atividade estratégica para os complexos granjeiros produtores de proteína animal e menos "alimentar" que a soja - consiste em que progressivamente se firma como cultivo principal e não mais secundário dentro das propriedades rurais (GONÇALVES e SOUZA, 2008a).
- g) Finalmente, o trigo, cultura alimentar cujas tentativas de auto-suficiência falharam tanto na agropecuária paulista como na brasileira. Em 1969-1971 eram plantados 19,7 mil hectares de trigo em São Paulo, nível que evoluiu para 170,1 mil hectares em 1979-1981 e praticamente se manteve em 1989-1991 com 166,0

mil hectares. Esse incremento teve duas sustentações, sendo uma delas a complementaridade gramínea de inverno com leguminosa no verão, no denominado binômio trigo-soja, e a principal que corresponde às políticas ativas de substituição de importações de trigo das décadas de 1970 e de 1980, que foram desmontadas na década de 1990 com a abertura do mercado brasileiro e a integração no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), abrindo espaço para o trigo argentino mais competitivo. Tanto assim que, em 1999-2001 a área paulista de trigo atingiu meros 22,1 mil hectares, a qual recupera alcançando 52,5 mil hectares no triênio 2004-2006 face os preços internacionais mais elevados que repuseram as condições de competitividade do trigo nacional. De qualquer maneira, não há qualquer relação entre a expansão canavieira e a retração da lavoura tritícola que ocupam regiões distintas (GONÇALVES e SOUZA, 2008a).

Em linhas gerais, se observado o desempenho da agropecuária paulista num prazo mais largo, num horizonte de 35 anos, a expansão canavieira corresponde a um fenômeno expressivo em todas as décadas desde 1970 - tendo avançado 612,6 mil hectares nos anos 1970, 767,9 mil hectares nos anos 1980, 746,1 mil hectares nos anos 1990 e 917,9 mil hectares nos primeiros quinquênios do século XXI. Mas numa leitura de médio e longo prazo, não houve impactos decisivos na produção de alimentos e vestuário conquanto tenha produzido efeito conjuntural danoso nos anos 1980 (GONÇALVES e SOUZA, 2008a). O impasse alimentar foi solucionado pelo ajuste da oferta pela: a) especialização regional dentro do próprio território paulista; b) migração da base produtiva para outras unidades da federação e c) substituição do produto enquanto matéria-prima para alimentação popular como nos casos dos óleos vegetais de amendoim e de algodão pelo óleo de soja.

Entretanto, nada autoriza afirmar que essa leitura de longo prazo torne inválidas as análises que mostram o impacto conjuntural imediato da expansão da cana sobre lavouras alimentares na época do apogeu do PROÁLCOOL (VEIGA FILHO; GATTI; MELLO, 1980), nem que isso não tenha acirrado a carestia de alimentos nos anos 1980, quando ainda que tenha praticamente se esgotado a opção brasileira pelo álcool combustível - abandonada pelas políticas públi-

cas até a entrada dos anos 2000 com o surgimento dos carros bicombustíveis -, os preços internacionais do açúcar sustentaram o dinamismo dessa lavoura. A temporalidade dos impactos se mostra essencial para uma imensa parcela da população cuja demanda imediata para sobreviver e obter alguma qualidade de vida depende de alimentos acessíveis em quantidade e qualidade. O amanhã pode ser tarde para essa gente cuja necessidade dá-se no agora.

Essa experiência histórica deve ser apreendida e entendida para que, inclusive, seja defendida com consistência a opção brasileira pelo álcool de cana no seu momento atual. E também para que sejam tomadas medidas que regulem a ocupação do espaço para que o efeito colateral da expansão canavieira sobre pastagens e sobre outras lavouras - em áreas de renovação ou não - acabe por impelir a ocupação de terras atualmente cobertas com florestas. Há que se pensar o Brasil como um todo e não com mero viés canavieiro⁶. Mesmo porque, a questão da segurança alimentar no Brasil vem sendo objeto de ações decisivas apenas desde o passado muito recente, o que acabou por reduzir as disparidades sociais com base em políticas sociais ativas.

As soluções para os impactos colaterais da expansão canavieira exigem a reengenharia do aparelho estatal tornando apto a produzir e aplicar normas regulatórias mais consistentes com a coibição desses efeitos ambientais e sociais predatórios. Mesmo porque, nas condições em que se deu o avanço de quase 1,0 milhão de canaviais na agropecuária paulista nos primeiros cinco anos deste século XXI, em nada autoriza conclusões de que isso tenha tido efeito sobre a produção de alimentos, cuja zona de produção não é nem está na trajetória na qual a cana avança no sentido oeste numa direção lindeira ao curso seguido pelo rio Tietê. Talvez a

⁶Ressalte-se que quem está defendendo essa posição não pode ser confundido com ecologistas sectários, uma vez que os mesmos autores produziram textos mostrando a inaplicabilidade da legislação atual sobre reserva legal na agropecuária paulista, o que exigira recompor 3,7 milhões de hectares com mata nativa (GONÇALVES; CASTANHO FILHO, 2006) e também que não fazem sentido as pressões ambientalistas de tornar obrigatória, sem qualquer período de carência, a proibição da queima da cana como preparação para a colheita. Isso geraria desemprego em massa de inimpregáveis noutra atividade e impediria a colheita das safras em curso pela incapacidade da oferta de colhedoras atender à demanda derivada da proibição da queima (GONÇALVES; SOUZA, 2008b).

quase despercebida expansão das lavouras florestais - *pinnus* e *eucaliptus* para celulose, papel e móveis - no sudoeste paulista - dentre os movimentos internos de mudança na composição de culturas na agropecuária paulista - tenha produzido impactos mais relevantes (GONÇALVES e SOUZA, 2008b). Em síntese, se os preços dos alimentos estão aumentando em escala mundial isso pode ter a ver com a opção recente pelos biocombustíveis. Mas esse fato tem pouco a ver com o atual movimento de expansão canavieira brasileira concentrada em terras paulistas, que nem substitui lavouras alimentares nem as desloca por efeito indireto de suas regiões de produção.

4 - BIOCOMBUSTÍVEIS, FOME E CARESTIA NO DEBATE DO MOMENTO

Entretanto, se consiste numa verdade que o atual movimento de expansão da cana em terras paulistas não substitui lavouras alimentares, também há que se constatar a ocorrência de rebeliões de massas populares contra a alta de preços dos alimentos em muitas nações que se situam entre as mais pobres do mundo. A realidade brasileira se mostra menos vulnerável à expansão interna da cana para fins de produção de bioenergia porque os ajustes estruturais na composição de lavouras em relação aos alimentos já haviam sido realizados nos anos 1980. Assim, os preços sociais já foram pagos ainda que com custos elevados para a camada mais pobre da população num período de economia estagnada. A realidade planetária da opção pelos biocombustíveis se mostra complexa e também afeta a situação brasileira.

As ondas de protestos por causa da carestia de alimentos abarcam inúmeros países, sendo que *“até agora, a ONU já identificou crises e protestos em países como o Egito, Camarões, Costa do Marfim, Senegal, Burkina Faso, Etiópia, Indonésia, Madagascar, Filipinas, Haiti, Paquistão e Tailândia. Em alguns desses países, os governos tiveram de convocar o exército para lidar com os protestos contra o aumento nos preços dos alimentos”* (CRISE, 2008). No caso do Haiti, o mais pobre do continente americano, *“milhares de manifestantes contra os altos preços dos alimentos foram às ruas da capital Porto Príncipe nesta segunda-feira, forçando o fechamento de comércios e escolas, enquanto os protestos se*

espalham pelo país... Estamos famintos, gritavam alguns. Outros carregavam cartazes dizendo Abaixo a vida cara” (MILHARES, 2008). Trata-se de convulsão social onde o estômago acaba roncando mais alto que o cérebro. Os países envolvidos são tão pobres e atrasados que não possuem capacidade produtiva capaz de realizar a oferta de alimentos compatível com o padrão de preços vigentes no mercado internacional.

Em função disso, as autoridades locais têm quase nenhuma margem de manobra, tendo em vista que a vigência durante longo período de preços internacionais mantidos baixos por políticas de subsídio às exportações norte-americanas (PL 480) e européias produziu a deterioração e/ou a não constituição de capacidade produtiva nacional. Tanto assim que como única resposta, *“o presidente haitiano disse que vai se reunir com importadores de produtos alimentícios para tentar reduzir os preços dos produtos básicos. Também pediu aos haitianos que consomem produtos nacionais, avaliando que isso pode contribuir para resolver a crise atual”* (PRESIDENTE, 2008). A fragilidade da decisão governamental mostra a completa incapacidade nacional de enfrentar a crise de alimentos pela magnitude da mesma, numa situação onde *“os preços dos produtos alimentícios subiram dramaticamente em uma semana, no Haiti, onde um saco de pouco mais de 50kg de arroz, o alimento mais popular, foi de US\$35 (R\$59) para US\$70 (R\$119) num país com 8,5 milhões de habitantes, que tem 80% de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza, com menos de US\$2 (R\$3,4) por dia”* (PRESIDENTE, 2008). Nessa situação de carestia e fome, que tende a piorar ainda mais no curto prazo, a sustentabilidade de governos se mostra difícil, isso tanto no Haiti como em qualquer nação periférica. E o meio para se manter consiste no uso da força militar de repressão.

Por razões humanitárias e/ou estratégicas para reduzir migração em massa de suas ex-colônias, as convulsões acabaram provocando a preocupação dos países ricos europeus. O Primeiro Ministro Britânico *“enviou uma mensagem a seu colega japonês, para pedir que durante a próxima cúpula dos oito países mais industrializados (G8), que ocorrerá no país em julho, o impacto dos biocombustíveis no preço dos alimentos seja examinado, afirmando que o aumento do preço dos alimentos, ameaça anular os avanços em matéria de desenvolvimento obtidos*

nos últimos anos. *Pela primeira vez em décadas, o número de pessoas que sofrem com a fome aumenta*” (CRESCER, 2008). Outra reação mostra a declaração sobre o Haiti - ex-colônia francesa - dada pela Secretária de Estado para os Direitos Humanos de que a “*França está muito preocupada com a revolta desencadeada no Haiti e em outros países. Ela pediu aos países doadores que atendam com urgência o pedido de 500 milhões de dólares feito pelo Programa Alimentar Mundial (PAM). ‘Nós, franceses, estamos muito preocupados com esses motins de fome. É preciso por a globalização em seu lugar’*” (CRESCER, 2008). Aceita-se, assim, a tese de que os biocombustíveis afetam os preços dos alimentos e que, para nações pobres e que não produzem o seu sustento, os efeitos da globalização podem ser dramáticos numa realidade de inflação derivada de preços mais altos dos alimentos. E as pressões sociais para evitar migração em massa das ex-colônias para as antigas metrópoles estão na ordem do dia das políticas nacionais.

As agências internacionais mais relevantes também vêm manifestando constante preocupação com o desenrolar dos fatos. Tanto assim que o Presidente do Banco Mundial “*no início de abril, havia proposto um novo contrato alimentar em nível mundial para enfrentar o aumento dos preços dos produtos agrícolas. Este novo contrato tem como objetivo enfrentar tanto as emergências alimentares como estimular o necessário desenvolvimento a longo prazo da agricultura*” (CRESCER, 2008). Noutra tomada de posição de outra autoridade importante, agora da União Européia, o Comissário Europeu para o Desenvolvimento “*advertiu que delineia-se uma crise alimentar mundial, menos visível que a crise do petróleo, mas com o efeito potencial de um verdadeiro maremoto econômico e humanitário na África*” (CRESCER, 2008). Tanto a presidência do Banco mundial - que até pouco tempo atrás era o negociador norte-americano nas rodadas internacionais para liberalização do comércio - como a autoridade européia convergem nas suas opiniões quanto à gravidade da crise de alimentos para as nações mais pobres.

E, também, são reduzidas as possibilidades de que tais desajustes sejam solucionados no curto prazo, tanto que “*a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) alerta que a situação pode piorar ainda mais nos próximos meses. Dados divulgados*

apontam que apenas a conta de cereais para os países mais pobres poderá aumentar em 56% neste ano, em comparação ao ano anterior. Entre 2006 e 2007, o total pago pelos países em desenvolvimento pelos cereais já havia aumentado 37%. No geral, a alta nos preços dos alimentos já está deixando 37 países em crise. Vários produtores ainda colocaram taxas de exportação para tentar reduzir os preços internos. Mas acabaram gerando uma alta ainda maior nos mercados internacionais. Em março, os preços do arroz e do trigo eram duas vezes maiores que seus níveis de 2007. O milho teve um aumento total de 30% em relação ao ano passado, depois de já ter sofrido uma alta de 100% desde 2005. Como resultado, pão, leite e outros alimentos básicos tiveram seus preços aumentados de forma substancial” (CHADE, 2008). Verifique-se que se trata da incapacidade das nações de importar alimentos em função da precariedade das contas externas. Não é demais destacar que essa consiste numa face pouco levada em conta pelos analistas que acompanham as negociações internacionais para liberalização do comércio. As vantagens européias para produtos de ex-colônias representam uma das únicas formas de permitir alguma exportação da agropecuária das mesmas e os subsídios às importações, uma possibilidade de que as populações desses países pobres obtenham alimentos.

A outra face da moeda, também não considerada por muitos interlocutores, consiste em que a resposta de oferta de curto prazo não poderá vir das agropecuárias locais que não estruturam capacidade produtiva compatível com um mínimo de segurança alimentar nacional. Na maioria das vezes há que se construir não apenas os alicerces das economias capazes de gerar auto-suficiência alimentar, mas principalmente erguer mesmo um Estado Nacional. Sem isso, para os mais pobres a situação se mostra dramática e não há perspectivas de solução no curto prazo. A FAO argumenta que “*os alimentos representam entre 10% e 20% dos gastos de consumo de uma pessoa em um país rico. Com a alta recente nos preços, famílias nos países mais pobres gastam até 80% de seus salários só para se alimentar. O que preocupa a FAO é que não há sinais de melhorias significativas. A produção de cereais no mundo em 2008 deve aumentar em apenas 2,6%. O resultado deve ser o menor nível de estoque desse setor nos últimos 25 anos, com*

apenas 405 milhões de toneladas. Essa taxa é 5% menor aos estoques de 2007" (CRISE, 2008). Mas a causa da crise continua latente, escamoteada por meio de ajudas humanitárias que são fundamentais no curto prazo para que se evite o aprofundamento dos conflitos, uma vez que não estão desenhadas nem existem esforços visíveis de empreender mecanismos que promovam as transformações das economias locais no sentido da maior auto-suficiência. Não basta projetar estímulos, sendo necessário forjar as bases modernas no próprio capitalismo local, o que implica tempo e ações mais incisivas.

Os mais conscientes da gravidade da situação e os limites estruturais para empreender a solução das causas dos problemas têm claro que "os confrontos recentes ocorridos em diversos países por causa da alta nos preços dos alimentos devem prosseguir nos próximos meses, de acordo com especialistas" (COELHO, 2008). Espera-se, por isso, a continuidade desse "tipo de incidentes, especialmente em centros urbanos, onde a população se vê impossibilitada de comprar a comida que costumava adquirir. Existe uma possibilidade muito real de instabilidade social e essa é uma ameaça que o mundo deve encarar com seriedade" (COELHO, 2008). E as instabilidades sociais atingem graus tão elevados que eliminam as bases de sustentação das próprias elites locais transformando em verdadeiras ordas violentas as multidões em protesto, chegando à barbárie, pois se movem sem um mínimo objetivo estratégico senão o de conseguirem alimentos a qualquer custo.

As perspectivas não se mostram boas, pois conquanto possa haver queda de preços pela resposta da produção nos próximos anos, há fortes possibilidades de que os mesmos não recuem aos patamares anteriores. A esperança é "os preços dos alimentos comecem a se normalizar em 2009, os fazendeiros de vários países estão plantando o que dá mais dinheiro, justamente os itens que estão faltando. Calculamos que isso resulte em uma produção suficiente dentro de uma ou duas temporadas... Se o clima se mantiver em certa normalidade, nossas projeções indicam que os preços devem começar a baixar no próximo ano" (COELHO, 2008). Mais uma vez a resposta capitalista da produção a preços ao ampliar os estoques prognosticam que, superada a fase aguda vivenciada no momento, nas safras dos próximos anos haverá mais ali-

mentos. Mas quem realizará esse incremento de oferta senão as nações que estruturam agropecuárias modernas e que abastecerão essas nações pobres em função das respectivas capacidades de importar produtos, dado que continuaria persistente a letárgica capacidade interna de produção de alimentos.

E mesmo que isso fosse concretizado, dado que os preços internacionais poderão não voltar aos patamares anteriores que eram sustentados naqueles níveis por políticas protecionistas. Nesse quadro de preços internacionais mais elevados, pode-se produzir uma situação anômala em que os produtores internos tenderiam a exportar e com isso obter preços mais altos que o padrão de renda da grande massa da população interna pode pagar. E os governos se limitarem as exportações por qualquer mecanismo acabam por desestruturar sua capacidade de produção. Por isso é "que o mundo deve se preparar para uma nova realidade. É importante ter em mente que os preços que os países e os consumidores estavam acostumados eram mantidos artificialmente baixos... Os preços estavam baixos por causa de subsídios dados a fazendeiros, especialmente na Europa. Esperamos que os preços caiam, mas eles não vão voltar a ser o que eram" (COELHO, 2008). Isso implica uma longa espera pela estabilização da situação, exigindo esforços coordenados e conjuntos no sentido de que as distâncias entre as economias mundiais, ao menos na questão alimentar, sejam menores criando uma ponte mais segura entre as mesmas.

O aumento da oferta, previsto pela FAO, deve ainda ajudar a estabilizar os mercados. Entretanto, não há solução à vista para a dependência econômica e de importação de alimentos das nações pobres. Para as nações unidas, "um dos problemas é uma certa indecisão de governos que não sabem se compram alimentos agora, porque os preços podem aumentar, ou se esperam eles baixarem... Calculamos que, além de diminuir, os preços devem flutuar menos. E embora a crise cause instabilidade em alguns países, outros estão se beneficiando. O Brasil é um exportador e um dos maiores beneficiados da alta de preços. Os fazendeiros brasileiros de soja, milho e cana-de-açúcar devem continuar a se beneficiar" (COELHO, 2008). Desse modo, os grandes produtores de grãos e de açúcar brasileiros estão se beneficiando de uma realidade que leva ao desespero massas humanas que vivem

em situação extrema de pobreza. E o Brasil sequer se coloca de forma crítica no concerto das nações, se resumindo a defender seus próprios interesses e a realizar propostas vagas de aumento da produção.

Tanto assim que o presidente do Brasil “disse que os recentes aumentos nos preços dos alimentos indicam que é necessário produzir mais em nível mundial, mas que não se pode culpar o investimento nos biocombustíveis pela pressão nos preços... Lula afirmou que o aumento dos preços dos alimentos se dá pelo fato de as pessoas pobres estarem começando a comer, em lugares como China, Índia e América Latina. No Brasil há produtos como leite e feijão, cujos preços sofreram mais pressões em nível doméstico, mas afirmou que esta é uma questão fácil de resolver, já que o país tem território suficiente para produzir em maior escala” (LULA, 2008). Trata-se de uma leitura estreita do problema como se a crise decorresse de limitações de oferta, sem atentar para o enorme gargalo do lado do tamanho e do perfil da demanda. Mais sério consiste em negar o óbvio de que as multidões sublevadas tomaram essa decisão, premiadas pelo desespero da luta pela sobrevivência, ou seja, lutam para tentarem começar a comer não tendo renda para acessar gêneros de primeira necessidade.

Esgueirando-se da responsabilidade de enfrentar o debate sobre essa questão crucial para as nações pobres, o ministro brasileiro da Fazenda “disse que acredita que o Brasil poderá se beneficiar da alta mundial de preços de alimentos. A inflação alimentar tem o lado ruim, de aumento de custo de alimentos, mas o lado bom, que é o do choque de oferta. De acordo com o ministro, o Brasil se encontra em uma posição privilegiada, porque tem muitas terras agrícolas. O Brasil pode se beneficiar até da situação, aumentando a oferta, podemos tomar essa questão como um desafio, não como problema, que nos obriga a aumentar rapidamente a oferta de vários produtos agrícolas” (INFLAÇÃO, 2008). Noutras palavras, a aposta do Governo Brasileiro está em aproveitar a conjuntura favorável para ampliar a produção interna com vistas a ocupar maior parcela do mercado internacional.

Essa postura segue a orientação governamental sobre o assunto, uma vez que o presidente do Brasil “afirmou que é necessário discutir as barreiras comerciais aos biocombustí-

veis e ressaltou os benefícios do etanol na redução da emissão de gases do efeito estufa. É preciso discutir as barreiras ao comércio de biocombustíveis que surgem a pretexto de supostos riscos ambientais, sociais e alimentares. Considere esse debate necessário e urgente mas ele precisa ser feito com base em fatos e não em preconceitos. Disse que nos jornais de hoje já tem até charges dizendo que os biocombustíveis estão causando inflação por conta dos alimentos que deixaram de ser plantados. Isso é uma falácia, uma mentira deslavada de quem não entende ou não quer entender, desabafou, citando que existem mais de 1 bilhão de seres humanos do mundo vivendo abaixo da linha da pobreza e que não conseguem comer as calorias e proteínas necessárias...É amplamente possível compatibilizar produção de etanol e biodiesel com a produção de alimentos”, afirmou o presidente. “Peço a todos vocês que ao analisarem a questão dos biocombustíveis não avaliem a partir da lógica de um país europeu” (MONTEIRO, 2008). Ao mesmo tempo em que nega o impacto da produção de biocombustíveis sobre a produção e os preços dos alimentos, defende maior espaço no mercado pela eliminação das barreiras, citando as cifras da pobreza mundial não propugna por medidas que ataquem a causa do problema vivido pela massa populacional mais pobre do globo.

O Brasil com essas postulações perde a oportunidade de firmar um conceito mundial de que seu programa de biocombustíveis, sendo diferenciado em termos de opção de matéria-prima em relação ao europeu e norte-americano, não apresenta os mesmos corolários danosos para os preços dos alimentos que os programas norte-americano e europeu. O presidente do Banco Mundial considerou que “o forte aumento da produção de biocombustíveis nos Estados Unidos e na Europa é um fator importante da disparada dos preços dos alimentos no mundo, pressão que é responsável por tumultos no Haiti e na África. Os biocombustíveis são, sem dúvida, um fator importante no aumento da demanda em produtos alimentares e está claro que os programas públicos na Europa e nos Estados Unidos acarretaram um aumento da produção de biocombustíveis, o que provocou a intensificação da demanda em produtos alimentares. O preço do milho, utilizado na produção de álcool, dobrou nos dois últimos anos devido à forte demanda. É preciso reconhecer que o aumento da demanda em biocombustíveis tem

um impacto em todos os preços dos produtos alimentares, e isso representa um grave perigo em algumas partes do mundo, como no Haiti ou na África, completando que esperava que isso vá estimular os Estados Unidos, os europeus, os japoneses e os outros a trazerem seu apoio para responder a esta situação de emergência" (BIO-COMBUSTÍVEIS, 2008). Interessante que essa consideração precisou ser feita por uma autoridade norte-americana, quando deveria ser uma palavra de ordem da diplomacia econômica nacional.

5 - ETANOL DE CANA E DE MILHO: diferenças expressivas de impactos na produção e no mercado de alimentos

E as diferenças são fundamentais entre o milho e a cana. Enquanto o milho corresponde a um produto alimentar fundamental para amplas massas populares, em especial de muitos países pobres - e para isso as alternativas de substituição são reduzidas -, da cana se produz açúcar que encontra substituto inclusive porque parcela relevante do açúcar consumido no mundo origina-se da beterraba açucareira e não da cana. Isso sem entrar na minudência dos rendimentos em termos de volume de etanol produzido que na cana se mostra mais elevado por unidade de área que no milho. Na questão do impacto sobre os preços dos alimentos, a produção de etanol de milho como no programa norte-americano implica a retirada de parcelas elevadas de produto do mercado com impactos diretos em toda cadeia de grãos, como a soja, o trigo e mesmo o arroz. No caso da cana não, pois em caso de menor produção de açúcar, não apenas não se trata de um produto alimentar e essencial, como os impactos colaterais não atingem outros alimentos.

Essa se constitui na grande vantagem do programa brasileiro de produção de etanol em relação ao seu rival mais direto, o etanol norte-americano. Assim, ao contrário de tentar negar a obviedade de que a produção de etanol à base de milho tem uma relação direta com a explosão dos preços de cereais, gerando enorme convulsão social em inúmeros países - que estão dentre os mais pobres - que dependem do milho para alimentação humana, as autoridades brasileiras deveriam incorporar-se às críticas pesadas contra esse efeito perverso da produção de biocombustíveis sobre a produção de alimentos exatamente

para demonstrar que na opção brasileira esse problema de colaterais sobre os preços mundiais de alimentos se não são nulos, estão longe de atingirem a mesma dimensão em magnitude e em termos de irradiação dos efeitos, em especial para as economias de países pobres.

Isso porque nem mesmo o Brasil está imune aos impactos da política norte-americana de produção de etanol a partir do milho. E os efeitos não são todos benéficos, embora os impactos sobre os preços dos alimentos aqui estão longe de alcançar a dramaticidade vivida dos países cuja alimentação se dá à base de milho e outros cereais. Uma verificação dos resultados das exportações da agricultura brasileira nos últimos dois anos (2006-2007) mostra bem os efeitos no Brasil da política norte-americana de biocombustíveis à base de milho. As vendas externas de derivados da cana e sacarídeos recuaram em US\$1,20 bilhão quando se compara o ano de 2007 com o de 2006, como resultado da menor geração de divisas com a venda de açúcar (US\$1,07 bilhão) e de álcool (-US\$124,18 milhões). Em contrapartida, os cereais/leguminosas/oleaginosas tiveram incremento de US\$3,65 bilhões, como resultado do aumento das exportações de soja (+US\$1,59 bilhão) e do milho (+US\$1,45 bilhão). Trata-se de comportamento invertido quando se comparam as mudanças de 2005 para 2006, com 2006 para 2007, o que acaba expressando situações regionais diferenciadas, face à especialização produtiva (GONÇALVES; VICENTE; SOUZA, 2008).

O Brasil antes nunca tinha sido exportador relevante de milho, e passou a ser como resultante do impacto da produção dos biocombustíveis sobre a produção e os preços dos alimentos, uma vez que maiores preços internacionais de milho desde logo torna mais cara a comida de populações que têm dieta à base de milho como na América Central e, também, impacta a produção brasileira, em especial de feijão, uma vez que não apenas o milho corresponde à segunda cultura da maioria dos produtores de feijão como também, nesses mesmos espaços, a soja é uma lavoura concorrente por terra. Em poucas palavras, no tocante aos biocombustíveis, se configura um exagero prognosticar a falta de alimentos em função da expansão canavieira, conforma-se como uma constatação que a política norte-americana de produção de etanol a partir de milho, num primeiro momento, já impac-

tou negativamente a produção de alimentos e os tornou mais caros. A diferença de dramaticidade consiste em que a alimentação do brasileiro não tem a mesma dependência do feijão, tendo outras opções de proteína barata.

Mas o Brasil também não ficou imune à influência direta dos movimentos de elevação de preços internacionais. Um dos fatos consiste em que “o uso de óleos vegetais como alternativa ao petróleo modificou o mercado internacional de oleaginosas, que passou a incorporar um importante segmento da economia mundial: o energético. Nesse sentido, o crescimento da demanda por óleos vegetais para fins carburantes acirrou a competição entre potenciais exportadores (como Brasil, Argentina, Estados Unidos, Malásia e Indonésia), contribuiu para a redução no nível de estoques e para a menor disponibilidade de óleos vegetais, bem como para a sustentação da alta nos preços.. Os óleos vegetais, além de consumidos diretamente na alimentação, constituem-se em importante matéria-prima para a formulação de biodiesel e de alimentos. Portanto, a alta de preços no mercado internacional põe em risco não só a sustentabilidade dos programas energéticos como também a segurança alimentar dos países pobres (importadores de alimentos)” (BARBOSA; NOGUEIRA JUNIOR; FREITAS, 2008).

Os preços agropecuários em geral sofreram elevações no mercado brasileiro no ano de 2007 e nem todos os aumentos decorrem de quebras de safras. Para isso basta verificar “os índices de preços recebidos pelos agricultores no Estado de São Paulo, no período de dezembro de 2006 a dezembro de 2007, evoluíram em patamares superiores ao da inflação, com o IqPR aumentando 9,15% para um IPCA de 4,46% no mesmo período. Isso porque o IqPR-V (vegetais) mostra queda de 5,43% em razão do comportamento dos preços da cana-de-açúcar que estiveram baixos em 2007. Sem considerar a cana, o IqPR-V (Sem Cana) mostra expressiva alta de 29,83%. Os IqPR-A (animais) aumentaram 43,30% em 2007 com o que o IqPR (Sem Cana) mostra alta de 37,58%, pressionando a inflação para cima. Durante 2007, os preços dos produtos que acumularam altas em dezembro quando comparados com o mesmo mês de 2006 foram: feijão (+241,56%), batata (+215,63%), banana nanica (+95,50%), carne suína (+49,74%), amendoim (+47,77%), milho (+44,18%), carne de frango (+42,86%), leite C (+42,17%), soja (+39,05%), carne bovina

(+37,75%), ovos (+35,79%), leite B (+34,07%), laranja de mesa (+19,52%), trigo (+13,68%), todos maiores que o IPCA(+4,46%). De outro lado, apresentaram queda os preços de tomate de mesa (-49,97%), cana-de-açúcar (-32,45%), algodão (-11,70%), café (-9,75%), arroz (-4,66%), e laranja p/ indústria (-0,43%)” (PINATTI et al., 2008).

Todos os preços associados à política norte-americana de biocombustíveis mostraram elevações expressivas, como o milho e a soja. E também o preço do feijão, um alimento básico no Brasil e em cujas áreas de produção do Sudeste também se planta soja e milho, apresentou a maior variação acumulada. As carnes, o leite e o ovo, fontes de proteína animal e em cuja oferta a ração de soja e milho são insumos relevantes, registraram altas significativas. Noutras palavras, conquanto em muitos casos possa ter havido problemas climáticos, num ano em que o Brasil registrou mais uma safra recorde de grãos e fibras, os preços internos de importantes produtos alimentares se elevaram. E como a imensa maioria deles não tem qualquer relação com a expansão da agroindústria canavieira cujos preços inclusive caíram, aí está a face do efeito reverso da política norte-americana de biocombustíveis que afetaram sim a agropecuária brasileira. A diferença em ter o Brasil e os países convulsionados, é que aqui a renda média se elevou e a dependência da importação de alimentos não se mostra relevante, a não ser no caso do trigo. E aqui também há uma rede de programas sociais mais consistentes. E por incrível que pareça também nesse ponto o Governo Federal perde a oportunidade de mostrar talvez um dos aspectos mais relevantes de sua ação eficiente no sentido de combater a pobreza e a miséria.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre os impactos da expansão dos biocombustíveis em escala global sobre a composição das atividades agropecuárias nem sempre tem sido realizado considerando a irradiação dos desdobramentos da expansão de uma dada lavoura num espaço territorial mais amplo. De outro lado, não tem sido operacionalizado tendo em conta o fato de que, já tendo vivido nos anos 1970 em diante um primeiro movimento de uso do álcool como combustível acelerando a expansão canavieira, há efeitos de curto

prazo que caminham num sentido de dramaticidade em termos de carestia de alimentos até que ajustes de prazo mais largo acabem por superar esse problema. Também não tem sido o suficiente profundo para diferenciar, na realidade atual, as diferenças relevantes de corolários na oferta de alimentos, da opção norte-americana pelo etanol de milho e da brasileira de fazê-lo a partir da cana para indústria.

Desde logo, nos anos 1970 quando o Brasil viveu o momento de implantação do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) a expansão das lavouras de cana produziu a substituição de lavouras alimentares. Os movimentos de carestia dos anos 1980 e o intenso debate econômico sobre a agricultura contrapondo o maior dinamismo das lavouras de exportação - cujos preços se formam no mercado internacional - e as de consumo interno - preços formados no mercado brasileiro -, não representaram simples exercícios de retórica e/ou de interesse meramente acadêmico. A carestia e a dicotomia entre produtos representaram elementos determinantes para entender uma quadra dramática da história econômica nacional representada pelos anos 1980, a denominada década perdida, pelas taxas muito baixas de crescimento econômico face ao padrão histórico.

O fato empírico inegável quando se analisa a agropecuária paulista consiste na constatação de que a cana para indústria ganha área em todas as décadas desde os anos 1970 e ocorreu sempre também em todo período a diminuição da área de pastagens. Muito se tem dito de que a expansão canavieira não teria impacto em termos de ocupação espaços da Floresta Amazônica e que, portanto, seria um absurdo fazer a associação entre o aumento da produção de biocombustíveis e o desmatamento amazônico. Mas isso consiste numa leitura no mínimo simplória do processo. Afinal se é verdade que o Brasil poderia dobrar a área de lavouras e com isso de cana sem derrubar mais uma árvore sequer, também se constitui em constatação inegável que o incremento da área de cana paulista em qualquer ritmo, ao substituir pastagens, dentro do ajuste do circuito pecuário, empurra o “boi para comer floresta”.

Não em razão direta derivada da maior superfície plantada de cana, uma vez que a pecuária de corte tem amplo espaço para elevar a produção intensificando a lotação das pastagens

já existentes. Mas dada a situação institucional e política brasileira vigente não é isso que ocorre na realidade, uma vez que há incursões de ampliação da área ocupada com agropecuária movidas por um pretérito processo de acumulação primitiva, chancelado pelas políticas públicas tanto de financiamento de investimento como de inversões na construção de infra-estrutura, iniciado pelas madeireiras, continuado pelos “pioneiros” abridores de fazenda, aprofundado por pecuaristas e consolidado por lavradores. Desse modo, uma visão integrada da agricultura brasileira permite caracterizar uma série de nuances como elementos de uma essência perversa que se esconde por trás da aparência inofensiva da ampliação da territorialidade canavieira.

Mas há que se entender que, passados os momentos dramáticos de carestia dos anos 1980, processos intensos de ajustes se deram nas agropecuárias paulista e brasileira, que conduziram à superação dos efeitos deletérios do maior plantio de cana substituindo lavouras alimentares. Desde então, e principalmente nos anos 1990 em diante, ocorreram expressivas transformações estruturais nas agropecuárias tanto de São Paulo como do Brasil, com o que a oferta de alimentos abundante e a elevada capacidade de resposta à ocorrência de escassez conjuntural, eliminaram os problemas de carestia vividos nos anos 1980. Também da segunda metade dos anos 1990 em diante, ao mesmo tempo em que o sucesso do Plano de Estabilização Econômica controlava a inflação que penaliza mais os mais pobres, o Governo Federal ensejou a realização de programas sociais visando distribuição de renda que retirou enormes massas humanas da realidade de pobreza, inserindo-os como consumidores no mercado.

Dessa maneira, ainda que tenha ocorrido expansão vertiginosa da cana no território paulista no primeiro quinquênio do século XXI, nada autoriza associar tal movimento canavieiro à redução da área e/ou da produção de alimentos. Até porque da ótica geográfica, nos caminhos da cana não estão instaladas lavouras alimentares. Entretanto se isso é válido para a opção brasileira de biocombustíveis, não se pode afirmar o mesmo do programa norte-americano de produção de etanol de milho. Primeiro que os produtos da cana não são alimentos essenciais e no caso do milho isso ocorre em muitas nações, notadamente nas mais pobres que importam

alimentos. Como volumes significativos de milho são destinados à produção de etanol e parcela da soja para produzir biodiesel, os preços internacionais dos grãos alimentares elevaram-se em percentuais expressivos, gerando carestia e miséria em muitas nações como o Haiti.

Entretanto, ao invés de disseminar essa leitura favorável ao programa brasileiro de etanol de cana em relação ao norte-americano de etanol de milho, de forma equivocada o Governo Brasileiro assumiu, nos fóruns internacionais, a posição de negar o óbvio dadas as rebeliões populares que pululam em diversas nações⁷. E

não há como negar que os preços internacionais afetaram os preços dos alimentos também aqui no Brasil. A diferença consiste em que nos últimos anos as taxas de crescimento econômico nacional têm sido consistentes e, com isso, reduz o desemprego e eleva-se o salário médio alterando o tamanho e o perfil da demanda, E como as referidas altas dos preços internacionais, estão associados às políticas de bio-energia da Europa e, principalmente, dos Estados Unidos da América, têm-se na verdade o efeito reverso, pois se a cana plantada no Brasil não impacta os preços dos alimentos nos mercados interno e externos, o milho norte-americano utilizado para produção de etanol promove preços mais elevados de produtos essenciais, inclusive no mercado brasileiro.

⁷Importante destacar que, após a conclusão da versão original deste ensaio, no final do mês de abril e início de maio de 2008, autoridades governamentais brasileiras passaram a considerar, nos seus posicionamentos sobre o impacto da produção de biocombustíveis sobre a produção de alimentos, as diferenças entre o etanol brasileiro à base de cana em relação ao etanol norte-americano produzido a partir do milho. Nesses dias também, emergem as altas dos preços do trigo e do arroz, agudizando ainda mais a crise mundial de alimentos com efeitos diretos

sobre o Brasil, onde as altas de preços, especialmente do trigo, são preocupantes. No caso do arroz, os preços aumentam no Brasil (OLIVEIRA, 2008), acompanhando a situação mundial que atingiu até os Estados Unidos (REUTERS, 2008). Mas as altas no mercado brasileiro também atingem o trigo (ZAFALON, 2008).

LITERATURA CITADA

AMARAL, A. M. P.; GHOBIL, C. N.; COELHO, P. J. **Produção animal**: previsão no estado de São Paulo para 2006. São Paulo: IEA/APTA, set. 2006. Disponível em: <www.iea.sp.gov.br>.

BARBOSA, M. Z.; NOGUEIRA JUNIOR, S.; FREITAS, S. M. de. **Agricultura de alimentos x de energia**: impacto nas cotações internacionais. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

BIOCOMBUSTÍVEIS são responsáveis por disparada dos preços alimentares, diz BIRD. France Presse. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

CHADE, J. **Inflação de alimentos para países mais pobres deve piorar**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/economia>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

COELHO, R. D. **Alta dos alimentos ameaça estabilidade global, diz ONU**. BBC Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

CRESCER preocupação nos países ricos com revoltas motivadas pela fome. France Presse. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

CRISE não tem solução definida ainda. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/economia>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

GONÇALVES, J. S.; CASTANHO FILHO, E. P. **Fundamentos econômicos e sociais para o debate sobre a reserva legal em São Paulo**: obrigatoriedade, impactos e proposta de aprimoramento da legislação. [S.l.]: Hecta/ÚNICA, 2006. 53 p. Mimeo.

_____; GHOBIL, C. N. **Febre aftosa em estados vizinhos**: sp perde nas exportações por falha alheia. São Paulo:

IEA/APTA, mar. 2007. Disponível em: <www.iea.sp.gov.br>.

GONÇALVES, J. S.; MACHADO, R. S. Pecuária paulista tende a se concentrar ainda mais. **Portal DBO**, São Paulo, fev. 2007.

_____; RAMOS, S. de F. Algodão brasileiro 1985-2005: surto de importação desencadeia mudanças estruturais na produção. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 54-64, jan. 2008.

_____; SOUZA, S. A. M. **Agropecuária paulista: especialização regional e mudanças na composição de culturas de 1969-1971 a 2002-2006**. São Paulo: IEA/APTA, 2008a. Mimeo.

_____; _____. **Prevalência da legislação ambiental federal e exigência de eia-rama**: quando a preservação do meio ambiente coloca em risco a possibilidade da sobrevivência humana. São Paulo: IEA/APTA, 2008b. Mimeo.

_____; _____. RESENDE, J. V. Pesquisa e produção de alimentos: o caso do arroz em São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 171-199, 1989.

_____; VICENTE, J. R.; SOUZA, S. A. M. **Balança comercial dos agronegócios paulista e brasileiro no ano de 2007**. São Paulo: IEA/APTA, jan. 2008. Disponível em: <www.iea.sp.gov.br>.

GONÇALVES, S. P.; GONÇALVES, J. S.; NEVES, E. M. Inovação tecnológica, produtividade e preços ao consumidor de feijão no estado de São Paulo, 1970-2005. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina, PR. **Anais ...**

HOMEM DE MELLO, F. B. Agricultura de exportação e o problema da produção de alimentos. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 101-122, set./dez. 1979.

_____. **Disponibilidade de alimentos no Brasil e impactos distributivos**. São Paulo: IPE/USP, 1982a. (Trabalho para Discussão, n. 44).

INFLAÇÃO de alimentos pode beneficiar Brasil, diz Mantega. BBC Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

LULA pede aumento da produção de alimentos para conter onda de inflação. Efe. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 301 p. v. 1. (Os Economistas) .

MILHARES vão às ruas do Haiti contra preços de alimentos; cinco morrem. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

MONTEIRO, T. Debate sobre biocombustível deve ser feito com fatos, diz Lula. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/economia>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

MORE, T. **A utopia**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 159-314. (Os Pensadores).

OLIVEIRA, D. de. Preço do arroz reverte tendência e encerra abril com alta no preço, aponta. **Fipe da Folha Online**, São Paulo, 23 abr. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u395409.shtml>>. Acesso em: 24 abr. 2008.

PAIVA, R. M. Retorno da agricultura de São Paulo para as zonas velhas: fator imprescindível para o desenvolvimento econômico do país. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 7, n. 9, p. 1-2, 1960.

PINATTI, E. et al. **Comportamento do índice quadrissemanal de preços recebidos pela agropecuária paulista (IqPR) durante o ano de 2007**. São Paulo: IEA/APTA, 2008. Mimeo.

PRESIDENTE do Haiti diz que reduzirá preços em meio a crise e saques. **Folha Online**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

REUTERS. Rede atacadista do Wal-Mart limita venda de arroz nos EUA. **Reuters**, Nova York, 23 abr. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u394994.shtml>>. Acesso em: 24 abr. 2008.

VEIGA FILHO, A. de A.; GATTI, É. H.; MELLO, N. T. C. **O programa nacional do álcool e seus impactos na agricultura paulista**. São Paulo: IEA/SAA, 1980. (Relatório de Pesquisa, n. 8/80).

ZAFALON, M. Sem trigo argentino, pão fica mais caro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 abr. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u394804.shtml>>. Acesso em: 24 abr. 2008.

EFEITO REVERSO:

impactos da política norte-americana de biocombustíveis sobre os preços de alimentos no Brasil

RESUMO: *O artigo discute o impacto da produção de matérias-primas vegetais para fabricação de biocombustíveis na composição da área agropecuária com ênfase na verificação dos efeitos na produção de alimentos. Resgata a discussão desse fato à época da implementação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) nos anos 1970 quando a expansão canavieira impulsionou um amplo rearranjo estrutural na produção brasileira de alimentos e, finalizando, discute a crise atual de alimentos, agora em escala mundial, para mostrar que o programa norte-americano de etanol, nesse aspecto, é mais danoso socialmente que o brasileiro, uma vez que tem como matéria-prima um alimento, no caso o milho, o que produz efeitos em cadeia nos preços das commodities.*

Palavras-chave: *biocombustíveis, alimentos, fome, preços agropecuários.*

THE REVERSED EFFECT:

impacts of the US biofuel policy on Brazilian food prices

ABSTRACT: *This article analyzes how the production of vegetable raw material to manufacture biofuel affects the composition of agricultural areas, primarily focused on verifying its effects on food production. It traces this debate back to the implementation of the National Alcohol Program (PROÁLCOOL) in 1970's, when sugar cane expansion boosted a large-scale structural rearrangement in the Brazilian food production. Finally, it discusses the global food supply crisis to show that the US ethanol industry is more socially harmful than Brazil's, once it is based on an agricultural produce (mainly corn), which triggers a domino effect on commodity prices.*

Key-words: *biofuels, food, hunger, agricultural prices.*

Recebido em 23/04/2008. Liberado para publicação em 20/05/2008.